

STJ00098251

Fábio de Oliveira Azevedo

DIREITO CIVIL

Introdução e Teoria Geral

4ª edição,
revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Roberto Cesar Gomes

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Azevedo, Fábio de Oliveira

Direito civil: introdução e teoria geral / Fábio de Oliveira Azevedo. – 4. ed. rev., atual e ampl. - Rio de Janeiro:

Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5508-3

1. Direito civil. I. Título.

14-09518

CDU: 347(81)

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	3
1. Noção de Direito e a natureza humana.....	3
2. Realidade jurídica e o Direito como sistema.....	7
2.1 Entendendo o direito contemporâneo como um sistema de valores (axiológico).....	7
2.2 As Teorias sobre o Direito Natural.....	9
2.3 O positivismo jurídico de Kelsen.....	10
2.4 Conceito e fases evolutivas do Direito Civil.....	12
3. Direito Civil-Constitucional.....	14
3.1 Pré-compreensão.....	14
3.2 Origem e evolução do constitucionalismo.....	19
3.3 A “crise do direito civil” como efeito desse movimento.....	22
3.4 A solução por meio do direito civil-constitucional.....	24
3.5 Aplicação em um acórdão do STJ.....	26
3.6 Conclusão.....	29
4. Direito Subjetivo.....	29
4.1 Origem do direito subjetivo e a distinção do direito objetivo.....	30
4.2 Controvérsia sobre as teorias conceituais.....	31
4.3 Situação jurídica e relação jurídica.....	34
4.4 Direito potestativo e sujeição.....	37
4.5 Ônus.....	38
4.6 Dever jurídico e obrigação.....	38
4.7 Faculdade jurídica.....	39
4.8 Faculdade simples.....	40
4.9 Expectativa de direito.....	40
4.10 Direito eventual.....	40
4.11 Poder jurídico.....	41

5.	Direito Objetivo.....	41
5.1	Controvérsia sobre as fontes do direito	41
5.2	A visão tridimensional de Miguel Reale.....	43
5.3	Conceito de lei e sua importância para o STF	43
5.4	Características das leis	45
5.5	Classificação das leis.....	46
5.6	Fases de elaboração da lei.....	48
6.	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	50
6.1	Nomenclatura e objeto	50
6.2	O vigor, a vigência e a eficácia da lei: art. 1º da LIN	51
6.2.1	Princípio do prazo único ou simultâneo	51
6.2.2	Vigência e vigor	52
6.2.3	Vigência e eficácia	53
6.2.4	O debate sobre a revogação do art. 1º da LIN pelo art. 8º da LC 95/1998	53
6.2.5	Entrada em vigor do CC/2002: a posição do STJ.....	55
6.3	Revogação e o art. 2º da LIN.....	56
6.3.1	Espécies de revogação e a ineficácia social	56
6.3.2	Alguns casos polêmicos no CC/2002.....	57
6.3.3	“Revogam-se as disposições em contrário”: revogação expressa?... ..	58
6.3.4	Lei geral e especial: regra e exceção.....	59
6.4	Repristinação.....	60
6.4.1	Impossibilidade e a exceção	60
6.4.2	Efeito repristinatório e o STF	60
6.5	Princípio da obrigatoriedade e as diversas teorias justificativas	61
6.5.1	As teorias sobre a inescusabilidade.....	61
6.5.2	O erro de direito.....	61
6.5.3	Proibição do <i>non liquet</i>	62
6.6.	A polêmica sobre as lacunas e a técnica da integração.....	63
6.6.1	Analogia	63
6.6.2	Costumes.....	64
6.6.3	Princípios gerais do direito.....	65
6.6.4	Equidade	66
6.7	Interpretação das leis e o art. 5º da LIN.....	67
6.7.1	Conceito e a interpretação constitucional	67
6.7.2	O desacerto do <i>in claris cessat interpretatio</i>	68
6.7.3	As teorias metodológicas sobre a interpretação.....	68
6.7.4	A classificação de <i>Savigny</i>	69
7.	Direito Intertemporal.....	73
7.1	Os interesses em colisão	73
7.2	Um caso concreto de direito transitório julgado pelo STJ	74

7.3	Os três sistemas sobre o direito transitório	75
7.4	As teorias subjetiva e objetiva sobre o direito transitório	76
7.5	A teoria adotada no Brasil na visão do STF e os graus de retroatividade.....	77
7.5.1	Retroatividade em grau máximo	78
7.5.2	Retroatividade em grau médio.....	78
7.5.3	Retroatividade em grau mínimo.....	78
7.5.4	A posição do STF sobre a retroatividade mínima	80
7.6	A posição do STJ (anterior ao CC/2002)	82
7.6.1	A Súmula 285 do STJ.....	82
7.6.2	A (in)constitucionalidade do art. 2.035 do CC/2002.....	83
7.6.3	A posição do STJ (posterior ao CC/2002).....	87
7.7	Retroatividade mínima e a Emenda Constitucional	90
8.	Codificação do Direito Civil (CC/1916 e CC/2002).....	93
8.1	O Código Civil de 1916.....	93
8.1.1	Em que consiste um código?.....	93
8.1.2	Os períodos pré e pós-colonial.....	94
8.1.3	As tentativas de codificação no intervalo entre o CC/1916 e o CC/2002.....	95
8.2	O Código Civil de 2002	96
8.2.1	A comissão dos seis e sua coordenação	96
9.	Paradigmas do Código Civil de 2002.....	97
9.1	As diversas diretrizes traçadas por Reale	97
9.2	A adoção da técnica constitucional aberta (pós-positivista): distinção entre a cláusula geral e o conceito jurídico indeterminado.....	98
9.3	O ocaso da técnica da subsunção.....	99
9.4	O princípio da eticidade	100
9.4.1	A recepção da boa-fé objetiva.....	100
9.4.2	Distinção entre a boa-fé objetiva e subjetiva	100
9.4.3	A tríplice função da boa-fé objetiva.....	102
9.4.4	<i>Venire contra factum proprium</i> e sua aplicação no STJ.....	109
9.4.5	<i>Supressio</i> (<i>Verwirkung</i> ou caducidade)	110
9.4.6	<i>Surrectio</i>	111
9.4.7	<i>Tu quoque</i> e <i>estoppel</i>	112
9.4.8	Proibição de alegação da própria torpeza (<i>nemo auditur turpitudinem allegans</i>).....	112
9.4.9	Aplicação da boa-fé no STJ	113
9.5	Socialidade.....	114
9.5.1	Pré-compreensão	114
9.5.2	A função social dos contratos.....	116
9.5.3	A função social da posse e da propriedade	121

9.6	Operabilidade.....	122
9.6.1	Objetivo.....	122
9.6.2	O exemplo da prescrição e decadência.....	122
10.	Diálogo das Fontes e a Hermenêutica Tradicional.....	123
10.1	A hermenêutica clássica e o diálogo.....	123
10.2	As três modalidades de diálogos.....	125

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I – PESSOA NATURAL.....	129
1. Pessoa Natural.....	129
1.1 A discussão sobre a utilidade da Parte Geral.....	129
1.2 Personalidade jurídica.....	133
1.2.1 Conceito clássico e leitura civil-constitucional.....	133
1.2.2 Distinção da capacidade jurídica.....	136
1.2.3 Distinção da legitimação.....	137
1.2.4 Distinção da capacidade de fato.....	138
1.2.5 Início da personalidade: teorias doutrinárias e a posição do STJ e STF.....	139
1.2.6 Fim da personalidade: morte real e presumida.....	144
1.2.7 Comoriência.....	146
1.3 Ausência.....	148
1.3.1 Aspectos gerais.....	148
1.3.2 As fases e o procedimento.....	151
1.3.3 Efeitos no casamento.....	163
1.4 Sistema da incapacidade.....	165
1.4.1 Conceito de incapacidade.....	165
1.4.2 Incapacidade absoluta.....	166
1.4.3 Incapacidade relativa.....	170
1.4.4 Natureza da sentença de interdição.....	175
1.4.5 Natureza do ato praticado anteriormente à interdição.....	176
1.4.6 A (não) proteção ao adquirente de boa-fé e o STJ.....	177
1.5 Emancipação.....	178
1.5.1 Aspectos gerais.....	178
1.5.2 Espécies de emancipação.....	179
1.6 Registro público.....	186
1.6.1 Aspectos constitucionais e legais.....	186
1.6.2 Natureza jurídica da atividade notarial e de registro segundo o STF: serviço público prestado por delegatário atípico.....	188
1.6.3 Distinção entre registro e averbação.....	188

1.7	Direitos da Personalidade	190
1.7.1	Declínio oitocentista e o apogeu do ser humano	190
1.7.2	A discussão sobre a existência da categoria.....	192
1.7.3	Distinção entre personalidade jurídica e direitos da personalidade.....	194
1.7.4	Conceito de direitos da personalidade	195
1.7.5	Dignidade da pessoa humana e direitos da personalidade.....	196
1.7.6	A dignidade da pessoa humana na jurisprudência do STJ e do STF	197
1.7.7	Direitos fundamentais e direitos da personalidade.....	198
1.7.8	Direitos da personalidade e a pessoa jurídica	205
1.7.9	Características dos direitos da personalidade	208
1.7.10	Classificação dos direitos da personalidade.....	225
1.7.11	Questões controvertidas sobre os direitos da personalidade.....	226
1.7.11.1	A vida e o aborto do anencéfalo	226
1.7.11.2	A vida e a ilicitude da eutanásia	229
1.7.11.3	Direito ao corpo e o transexual	230
1.7.11.4	Obrigatoriedade do exame de DNA em investigação de paternidade de acordo com o STF e o STJ.....	234
1.7.11.5	O pseudo-hermafroditismo	237
1.7.11.6	Testemunhas de Jeová	238
1.7.11.7	“Barriga de aluguel” ou gestação por substituição...	240
1.7.11.8	Técnica de reprodução assistida (TRA).....	240
1.7.11.9	Diretiva antecipada de vontade dos pacientes (Testamento Vital).....	243
1.7.11.10	Debate sobre a constitucionalidade da manipulação de célula-tronco embrionária e a posição do STF.....	245
1.7.11.11	Clonagem (humana e terapêutica).....	248
1.7.11.12	Transplante	248
1.7.11.13	Direito à imagem, à palavra e aos escritos: o art. 20 do CC/2002	251
1.7.11.14	Direito à vida privada (art. 21 do CC/2002)	261
1.7.11.15	Biografia não autorizada.....	266
CAPÍTULO II – PESSOAS JURÍDICAS.....		275
1.	Introdução	275
1.1	Personalidade jurídica da pessoa jurídica	275
1.2	Origem e a perspectiva civil-constitucional.....	276
1.3	Nomenclatura.....	277

1.4	Natureza Jurídica.....	277
1.5	“Representação” da pessoa jurídica.....	280
1.6	Elementos da pessoa jurídica: material e formal.....	281
1.7	Registro da pessoa jurídica.....	282
1.7.1	Atribuição e natureza jurídica.....	282
1.7.2	Registro da sociedade cooperativa.....	283
1.7.3	Registro dos partidos políticos.....	284
1.7.4	Registro da sociedade de advogados.....	284
1.7.5	Registro das associações, fundações e direito transitório.....	284
1.7.6	Normatividade e os entes (pessoas) formais.....	285
2.	Responsabilidade Civil das pessoas jurídicas.....	288
2.1	Aspectos gerais.....	288
2.2	Responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado na visão do CC/2002.....	289
2.3	Responsabilidade da pessoa jurídica de direito público interno e a divergência na jurisprudência do STF.....	289
3.	Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica.....	292
3.1	Origem do instituto.....	292
3.2	Requisitos: teorias maior e menor e o STJ.....	295
3.3	Desconsideração direta, indireta, inversa e o STJ.....	299
3.4	Momento processual da desconsideração e o STJ.....	300
4.	Classificação da Pessoa Jurídica.....	301
4.1	Pessoas jurídicas de direito público.....	302
4.2	Pessoas jurídicas de direito privado.....	305
5.	Associação.....	306
5.1	Associação: uma perspectiva constitucional.....	306
5.2	A obrigatoriedade (ou não) de contribuição no “condomínio de fato” e a divergência na jurisprudência do STJ.....	308
5.3	Associação: constituição e direitos dos associados.....	310
5.4	Transmissibilidade da qualidade de associado.....	313
5.5	Exclusão do associado.....	314
5.6	Extinção da associação.....	315
6.	Fundação.....	316
6.1	Teoria geral, dinâmica do seu funcionamento e o Ministério Público... ..	316
6.2	Fundação de direito público.....	317
6.3	Constituição, elaboração de atos constitutivos, aprovação e registro....	318
6.4	Fiscalização das fundações: uma regra inconstitucional de acordo com o STF.....	321
6.5	Alteração e extinção das fundações.....	322

CAPÍTULO III – BENS JURÍDICOS	325
1. Introdução	325
1.1 Distinção entre patrimônio objetivo e subjetivo.....	325
1.2 Distinção entre bens e coisas	327
2 Classificação dos bens	328
2.1 Bens considerados em si mesmos.....	328
2.1.1 Corpóreos e incorpóreos.....	328
2.1.2 Imóveis (arts. 79 a 81 do CC/2002)	329
2.1.3 Móveis (arts. 82 a 84 do CC/2002)	331
2.1.4 Fungíveis e infungíveis (art. 85).....	332
2.1.5 Consumíveis (art. 86).....	333
2.1.6 Divisíveis e indivisíveis (arts. 87 e 88).....	333
2.1.7 Singulares e coletivos (arts. 89 a 91)	334
2.2 Bens reciprocamente considerados	335
2.2.1 Princípio da gravitação jurídica e suas exceções	335
2.2.2 Benfeitorias	336
2.2.3 Produtos	341
2.2.4 Frutos	342
2.2.5 Pertenças (arts. 93 e 94 do CC/2002).....	343
2.3 Bens Públicos	346
2.3.1 Conceito de bens públicos.....	346
2.3.2 Natureza jurídica dos bens das empresas públicas no STJ e STF	346
2.3.3 Classificação quanto à destinação	349
2.3.4 Alienação condicionada de bens públicos.....	350
2.3.5 Possibilidade de usucapião e o STF	350
2.4 Bem de Família.....	352
2.4.1 O bem de família como expressão do patrimônio mínimo.....	352
2.4.2 Aspectos relevantes sobre o bem de família no STJ.....	353
2.4.3 Exceções legais à regra da impenhorabilidade.....	356
2.4.4 Bem de família convencional.....	360
CAPÍTULO IV – FATOS JURÍDICOS	363
1. Introdução.....	363
1.1 Fato e relação jurídica	363
1.2 Conceito de fato jurídico	364
2. Classificação do Fato Jurídico.....	364
2.1 Fato jurídico natural.....	366
2.2 Fato Jurídico humano ilícito (ato ilícito).....	367

2.2.1	A opção do legislador entre “ato jurídico ilícito” ou apenas “ato ilícito”.....	367
2.2.2	Crítica quanto à natureza de ato ilícito do abuso de direito...	368
2.2.3	Responsabilidade objetiva e subjetiva: o modelo dual do CC/2002.....	370
2.2.4	As causas que excluem a ilicitude.....	371
2.3	Fato jurídico humano lícito (ato jurídico).....	371
2.3.1	Ato-fato-jurídico.....	373
2.3.2	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	374
3.	Negócio Jurídico.....	375
3.1	Introdução e relevância do tema.....	375
3.2	As diversas teorias conceituais do negócio jurídico.....	376
3.2.1	Teoria voluntarista (definição pela gênese ou origem).....	376
3.2.2	Teoria objetivista (definição pela função).....	378
3.2.3	Teoria Estrutural.....	378
3.3	Planos do negócio jurídico: existência, validade e eficácia.....	379
3.3.1	Plano da existência (elementos constitutivos).....	381
3.3.2	Plano da validade e a correta leitura do art. 104 do CC/2002.....	382
3.3.3	Plano da eficácia: a ineficácia em sentido amplo e estrito; a ineficácia simples e relativa. Uma aplicação pelo STJ (Súmula 332).....	384
3.4	Formas de manifestação de vontade.....	385
3.4.1	Manifestação expressa, tácita e presumida.....	385
3.4.2	O silêncio como forma de manifestação de vontade.....	386
4.	Interpretação do Negócio Jurídico.....	387
4.1	Conceito de interpretação dos negócios.....	387
4.2	Regras do CC/2002 sobre a interpretação dos negócios.....	388
4.3	Um caso de interpretação no STJ: a prorrogação do contrato de locação por prazo indeterminado e a situação do fiador.....	389
5.	Representação no Negócio Jurídico.....	390
5.1	Conceito e as representações direta e indireta.....	390
5.2	Representação convencional e legal: distinção do mandato.....	392
5.3	A possibilidade de representação sem outorga de poderes.....	393
5.4	Contrato consigo mesmo ou autocontrato: o “contrato de gaveta” e o STJ.....	397
5.5	Anulação por conflito de interesses.....	400
6.	Condição, Termo e Encargo.....	401
6.1	Introdução e posição dos institutos no CC/2002.....	401
6.2	Condição.....	402
6.2.1	Conceito e elementos.....	402
6.2.2	Negócios incondicionais.....	404

6.2.3	Possibilidade da condição (natural ou física e jurídica).....	404
6.2.4	Licitude da condição.....	405
6.2.5	Condição suspensiva e resolutiva.....	406
6.3	Termo.....	409
6.3.1	Conceito e elementos.....	409
6.3.2	Espécies.....	409
6.3.3	Conceito de prazo e forma de contagem.....	410
6.4	Encargo (modo).....	411
6.4.1	Conceito e requisitos.....	411
6.4.2	Consequência do descumprimento do encargo e o MP.....	412
6.4.3	Prazo para a revogação.....	413
7.	Plano da Validade.....	414
7.1	A validade e o art. 104 do CC/2002.....	414
7.2	Espécies de invalidade.....	415
7.2.1	Nulidade absoluta e relativa: as duas teorias distintas.....	416
7.3	Princípio da conservação dos negócios jurídicos.....	418
7.3.1	Conversão substancial.....	418
7.3.2	Teoria da redução.....	420
7.3.3	Teoria da confirmação.....	420
7.4	Nulo e anulável: as diversas formas de promover a distinção.....	423
7.4.1	Ato anulável não é válido.....	423
7.4.2	Divergência quanto à produção de efeitos dos atos nulo e anulável.....	424
7.4.3	A impropriedade da locução “nulidade de pleno direito”.....	427
7.4.4	Distinção quanto aos efeitos: polêmica sobre os efeitos <i>ex tunc</i> para os atos nulo e anulável.....	429
7.4.5	Proteção do terceiro de boa-fé.....	432
7.4.6	Convalescimento pelo tempo (art. 169 do CC/2002).....	435
7.4.7	Legitimidade para arguição (arts. 170 e 177).....	438
7.4.8	Necessidade de prejuízo para a invalidação.....	440
7.4.9	Natureza da sentença de nulidade e anulabilidade.....	441
8.	Principais Causas de Nulidade (art. 166 do CC/2002).....	442
8.1	Incapacidade absoluta (inciso I).....	442
8.2	Objeto ilícito, impossível ou indeterminável (inciso II).....	444
8.3	Motivo ilícito comum a ambas as partes.....	444
8.3.1	Sistemas causalista (francês) e anticausalista (alemão).....	444
8.3.2	Causa em sentido objetivo e subjetivo.....	445
8.3.3	Análise do inciso III.....	445
8.3.4	Causa e função social.....	445

8.4	Forma prescrita ou não defesa e solenidade (incisos IV e V).....	446
8.5	Fraude à lei (inciso VI).....	448
8.6	Nulidade textual e virtual (inciso VII).....	448
9.	Principais causas de anulabilidade.....	449
9.1	Incapacidade relativa.....	449
9.2	Defeitos do negócio jurídico.....	449
9.2.1	Espécies de defeitos.....	449
9.2.2	Teorias sobre os vícios do consentimento.....	450
9.2.3	Erro.....	451
9.2.4	Dolo.....	460
9.2.5	Coação.....	463
9.2.6	Estado de perigo.....	468
9.2.7	Lesão.....	471
9.2.8	Fraude contra credores.....	476
9.2.8.1	Conceito.....	476
9.2.8.2	Aspectos processuais.....	476
9.2.8.3	Requisitos.....	479
9.3	Simulação.....	490
9.3.1	Conceito.....	490
9.3.2	Espécies de simulação.....	491
10.	Prescrição e decadência.....	500
10.1	Fundamento do instituto.....	501
10.2	Prescrição aquisitiva e extintiva?.....	503
10.3	Teorias conceituais sobre a prescrição.....	504
10.4	Conceito de decadência, distinção e a operabilidade.....	509
10.5	Renúncia à prescrição: o art. 191 do CC/2002.....	510
10.6	Conhecimento em qualquer grau e o Superior Tribunal de Justiça: art. 193 do CC/2002.....	511
10.6.1	Arguição em grau de recurso especial.....	512
10.6.2	Arguição da prescrição em sede de embargos ou impugnação.....	514
10.7	Arguição pelo terceiro.....	514
10.8	Prescritibilidade das exceções: distinção necessária (art. 190 do CC/2002).....	516
10.9	A prescrição de ofício: interesse público x privado (art. 219, § 5º, do CPC).....	517
10.10	Prescrição da execução civil de sentença penal: art. 200 do CC/2002.....	518
10.11	<i>Acessio temporis</i> na sucessão <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i> : art. 196 do CC/2002.....	519
10.12	Suspensão e impedimento do prazo.....	520

10.13	Art. 197 do CC/2002: as causas subjetivas bilaterais	521
10.14	Art. 198 do CC/2002: as causas subjetivas unilaterais	523
10.15	Art. 199: as causas objetivas	523
10.16	Interrupção do prazo prescricional: art. 202 do CC/2002.....	525
10.16.1	Inciso I	526
10.16.2	Inciso II	527
10.16.3	Inciso III.....	528
10.16.4	Inciso IV	528
10.16.5	Inciso V	528
10.16.6	Inciso VI	529
10.17	Reinício do curso do prazo prescricional: parágrafo único do art. 202 do CC/2002	530
10.18	Prescrição intercorrente	532
10.19	Decadência legal e convencional: distinção e regramento	533
10.20	Decadência no CDC: a natureza do art. 26, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor	534
10.21	Prazos prescricionais: aspectos relevantes.....	536
10.21.1	Prazo de um ano: § 1º do art. 206 do CC/2002	536
10.21.2	Prazo de dois anos: § 2º do art. 206 do CC/2002	540
10.21.3	Prazo de três anos: § 3º do art. 206 do CC/2002	541
10.21.4	Prazo de quatro anos: § 4º do art. 206 do CC/2002	548
10.21.5	Prazo de cinco anos: § 5º do art. 206 do CC/2002	548
10.22	Direito Transitório e a posição do STJ	549
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		551